

ATA DA SESSÃO Ordinária
DO DIA 26-06-2014

Presidente

Lucindo dos Anjos de Fontes Couto

Deputados

Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte

António José de Braga Sousa

Paulo Roberto Fontes Junco

Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro

Teófilo José Soares de Braga

Maria Helena de Rodrigues e Ponte

Hélder Herculano Pimentel Medeiros

Maria Rita Cabral Rodrigues

Edgardo Costa Madeira

Erasmus Carlos Esteves de Melo Moniz

Patrícia de Fátima Vieira de Andrade

Carlos Manuel de Arruda Dias Soares

Paulo Alexandre Pacheco Duarte

João Carlos Barbosa Leite

Andreia Margarida Vicente Junco

João Alberto Carreiro de Medeiros Simas

Pedro Henrique Soares Correia

Séfora de Fátima Santos da Costa Correia

Emanuel Frias Santos

António José Santos Ponte

Emanuel de Sousa Medeiros

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

Rui Nelson Furtado Amaral

Arménio Maurino Correia Jardim

Secretários

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26-06-2014

ÍNDICE

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO UM - Proc. N.º 3165/2014 - Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

PONTO DOIS - Proc. N.º 2482/2014 - Associação de Táxis da Ilha de São Miguel - Pedido de revisão da norma prevista no artigo 9.º do Regulamento de Táxis do Concelho de Vila Franca do Campo

PONTO TRÊS - Proc. N.º 1529/2014 - Proposta de Deliberação - Escritura de Permuta - Afetação e desafetação do domínio público municipal

PONTO QUATRO - Proc. N.º 2614/2014 - Junta de Freguesia de Ribeira Seca - Pedido de delegação de competências

PONTO CINCO - Proc. N.º 3515/2014 - Junta de Freguesia de Água d'Alto - Pedido de Celebração de contrato de delegação de competências e acordos de execução

PONTO SEIS - Proc. N.º 1843/2014 - Prestação de Contas Consolidadas

PONTO SETE - Proc. N.º 1835/2014 - Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos - Alteração

PONTO OITO - Proc. N.º 1838/2014 - Proposta - 3.ª Revisão Orçamental

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26-06-2014

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, nesta Vila de Vila Franca do Campo e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, sob a presidência do senhor Lucindo dos Anjos de Fontes Couto, secretariado pela senhora Maria Paula Carvalho Dias Pimentel, na qualidade de primeira secretária da Mesa da Assembleia.-----

Após o Presidente da Assembleia ter declarado aberta a sessão, pelas 20:00 horas, foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes desse órgão, verificando-se as faltas justificadas dos Membros da Assembleia do grupo PPD/PSD, Cláudia de Jesus Lima Cabral, que não se fez substituir e José Honorato Sousa Medeiros, que se fez substituir, nos termos legais, por Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte. -----

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel Amaral Rodrigues, o Vice-Presidente Carlos Manuel Melo Pimentel e os vereadores Arnaldo Branco Raposo de Amaral, Rui António Dias da Câmara Carvalho e Melo e Sabrina Coutinho Furtado.-----

Foi submetida a apreciação e votação a ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 29 de abril de 2014, absteve-se na votação o membro da Assembleia Municipal, Hélder Medeiros, por não ter assistido à reunião. Foi a ata aprovada por maioria.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA:

Os membros da Assembleia Municipal Hélder Medeiros, Edgardo Madeira, Paulo Junco, Emanuel Medeiros e Teófilo de Braga solicitaram o uso da palavra para exporem as suas temáticas.-----

Assim, em pleno uso da palavra, o membro da Assembleia Hélder Medeiros, pelo grupo do Partido PSD, fez um voto de congratulação sobre o Torneio Maratona de Futsal.-----

“Voto de Congratulação

No passado dia 20 de junho de 2014, o Clube Escolar de Vila Franca do Campo dinamizou e organizou o Torneio Maratona de Futsal, o qual decorreu ininterruptamente durante 24 horas, tendo contado com a presença de centenas de participantes, entre os quais, treinadores, dirigentes desportivos, jogadores e árbitros da modalidade de futsal.

Tal evento juntou não somente equipas amadoras mas também equipas federadas, sendo que imperou um convívio sadio e onde o fair play registado é salutar, o qual contribuiu para qualidade do evento e prática desportiva.

Tal evento, computadas as condições registadas, a excelente organização e adesão dos adeptos, ficou marcado como sendo um dos principais encontros da espécie no panorama nacional, ficando Vila Franca do Campo destacada pela positiva.

O Clube Escolar de Vila Franca do Campo, na pessoa do seu presidente, direção e corpo técnico, têm procurado demonstrar a excelência do atleta Vilafranquense e procurando posicionar Vila Franca do Campo, novamente nos certames desportivos de topo da Região Autónoma dos Açores.

Congratulamo nos assim com a dedicação e esforço da estrutura técnica e desportiva, desejando aos visados os maiores êxitos desportivos, os quais serão também êxitos do Concelho de Vila Franca do Campo.

O Deputado Municipal

Hélder P. Medeiros”

De seguida foi apresentado pelo Membro Independente da Assembleia, Edgardo da Costa Madeira, uma Proposta de Recomendação, sobre a criação de placas evocativas de grandes acontecimentos históricos.-----

“Proposta de Recomendação

I – Considerando a distinção que Vila Franca do Campo merece;

A representação Municipal do PPM propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião de Junho de 2014, decida:

I – A criação de placas evocativas de grandes acontecimentos históricos ocorridos em Vila Franca do Campo;

II – As mesmas com informação abreviada, precisa, compreensível e, também, traduzida em línguas estrangeiras (não desatendendo à língua francesa e à castelhana);

III – A informação deverá incidir especialmente sobre o Terramoto de 1522 e a Batalha Naval de Vila Franca do Campo (a 1582), assim como nos desenvolvimentos que se seguiram;

III – Os letreiros deverão localizar-se, particularmente, no Largo Bento de Góis, Largo do Pelourinho, nas proximidades do Farol de Ponta Garça e no Ilhéu de Vila Franca do Campo.”

Relativamente a essa proposta, o Presidente da Câmara Municipal, solicitando o uso da palavra, referiu que essa temática tinha sido alvo de preocupação, desde o início do mandato por parte do elenco camarário, e que Vila Franca carecia da falta de identificação de algum património histórico, assim como da descrição de atos históricos passados. Porém, salientou que essa ação requeria uma planificação e referiu que fazia parte dos planos da presente vereação criar uma comissão que fizesse não só um levantamento histórico dos acontecimentos passados, que mais marcaram a vida dos vila-franquenses, como também do património físico e natural, de modo que o conjunto histórico se valorizasse. Frisou que esse projeto enquadrava-se na deliberação de constituir Vila Franca do Campo num núcleo histórico. Acrescentou ainda que essa seria uma temática a abordar no próximo ano. Foi apresentado pelo membro da Assembleia Municipal, Paulo Roberto Junco, em nome do grupo do Partido do PSD, um Voto de Protesto sobre o encerramento das Urgências, no Centro de Saúde de Vila Franca do Campo.-----

“ Voto de Protesto

Encerramento das Urgências no Centro de Saúde de Vila Franca do Campo

Em Junho de 2013, o PSD visitou o Centro de Saúde, tendo reunido com o seu Conselho de Administração e na

sequência desta visita, alertou os Vilafranquenses para o encerramento das urgências na nossa unidade de saúde.

Em Setembro do mesmo ano, no pré campanha para as Autárquicas, o Secretário Regional da Saúde, no âmbito da apresentação do Plano de Reestruturação do Serviço de Saúde, levantou a hipótese de encerrar o SAL-Serviço Atendimento de Urgências, das 000.00H (meia noite) até às 8.00H.

Estávamos em época de campanha eleitoral para Câmara e Assembleia Municipal, logo os socialistas apressarem-se a desmentir o encerramento e o Governo Regional esqueceu até hoje, a sua vontade de encerrar as urgências, no nosso Centro de Saúde.

O PSD de Vila Franca do Campo sempre discordou do encerramento das urgências e hoje como ontem, reafirma a sua discordância.

Somos contra porque os Pontagarcenses que vivem na parte de cima da Freguesia de Ponta Garça, levam mais tempo a chegar ao nosso Centro de Saúde, do que os restantes Vilafranquenses, levam até ao Hospital do Divino Espírito Santo em Ponta Delgada;

Somos contra porque os Vilafranquenses regressam aos anos 60, onde os mais pobres e idosos nasciam e morriam à míngua;

Somos contra à visão economista do Governo Regional dos Açores que irá prejudicar os mais frágeis e desfavorecidos;

Acresce ainda que existe 3.000 Vilafranquenses sem Médico de Família;

Pelas razões apresentadas porpomos o Voto de Protesto pelo encerramento do SAU-Serviço Atendimento de Urgências do Centro de Saúde de Vila Franca do Campo.

Os Deputados Municipais do PSD”

Relativamente a esse voto de protesto, o Presidente da Câmara esclareceu que a proposta inicial apontada pelo Governo Regional, era das 20:00 horas às 8:00 horas da manhã e que o governo tinha recuado parcialmente na proposta, dadas as solicitações. Referiu que as questões de saúde eram melindrosas e de difícil trato. Saliu que na perspectiva da Emergência muito tinha vindo a melhorar. Afirmou que na realidade era uma perda fechar o SAP no Centro de Saúde, das 24:00 horas às 8: 00 hora, mas que, por outro lado, ganhava-se em termos de Emergência Médica, uma vez que o socorro médico ia ” in loco”. A funcionar bem, acrescentou, seria uma mais-valia porque as pessoas seriam levadas diretamente para o hospital, com toda a assistência prestada no lugar, sem mais demoras e devidamente assistidas.-----

O Membro da Assembleia Municipal, do grupo do PSD, Hélder Medeiros, pediu o uso da palavra e disse que acreditava e até fazia sentido o esclarecimento do Presidente da Câmara, porém disse saber que o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, não estava devidamente preparado para o acréscimo de urgências. Referiu que o SIV tinha sido um ganho mas não resolvia tudo. Por tal, o lógico seria apresentar um voto de protesto à semelhança das outras autarquias. Submetido o voto de protesto a votação foi aprovada por maioria, com um voto contra do Partido Socialista, sete abstenções, grupo NR e cinco Presidentes de Junta. Não votou o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca por, na altura, ainda não se encontrar na sala. -----

Ainda na sequência das intervenções, o membro da Assembleia, Emanuel Medeiros, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, colocou a questão de um terreno situado frente à Estrada Nova, na Estrada Regional, freguesia da Ribeira Seca, que era propriedade da Câmara, que até então estava a servir de parque de estacionamento. Nesse sentido, o presidente da junta de freguesia da Ribeira Seca, propôs à Câmara uma terraplanagem, uma beneficiação do parque e que o traço contínuo, da dita Estrada Regional, fosse substituído por um descontínuo, facilitando assim a saída das viaturas. -----

O Presidente da Câmara, solicitando o uso da palavra, referiu que a alteração de um traço contínuo para outro descontínuo obedecia a regras. Salientou que conhecia o referido cruzamento e que esse, só por si, impossibilitava a mudança de traço. Referiu que em todos os entroncamentos deveria existir uma linha descontínua. Porém, seria a comissão de trânsito a dar o seu parecer. Quanto à beneficiação do espaço, adiantou o Presidente da Câmara, que não seria fácil, atendendo à estrutura geológica do terreno. Salientou que se tratava de uma ribanceira alta até à ribeira, o que exigia um tipo de intervenção que de momento não seria possível.-----

O membro da Assembleia Municipal, pelo grupo do NR, Teófilo de Braga, teceu algumas considerações e recomendações sobre a tradição dos “Maiois”.-----

“EM LOUVOR DOS QUE MANTÊM AS BOAS TRADIÇÕES

OS MAIOS

Como todos sabemos, o modo de vida das nossas gentes tem-se alterado muito ao longo dos tempos, deixando cair no esquecimento muitos dos ensinamentos e tradições que eram característicos dos nossos antepassados.

Já no início do século passado, o padre Ernesto Ferreira referia-se aos Maiois como uma “simple manifestação da poesia com que a alma popular celebra a sua comunhão com o renovamento da natureza” e manifestava o seu desejo de que os mesmos não desaparecessem “da rica mina dos costumes micaelenses”.

Graças à dedicação de alguns particulares, contando ou não com incentivos das mais diversas entidades, a tradição dos Maiois ainda perdura no nosso concelho de tal modo que este ano foi possível vê-los em diversas freguesias.

Para potencializar e divulgar a tradição no concelho e fora dele, sugiro que, independentemente das iniciativas a serem tomadas pelas diversas juntas de freguesia, o pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, em cada ano, quer promova ou não um concurso, faça a divulgação prévia de todas as casas do concelho que participam na iniciativa, indicando rua e número de porta.

Aproveito para saudar, nas pessoas dos senhores Jaime Manuel Arruda Feitor e João de Brito Fanfa Ponte, moradores na Ribeira Seca, todas os vila-franquenses mantiveram este ano a tradição bem viva.

Vila Franca do Campo, 26 de Junho de 2014

Teófilo José Soares de Braga”

ORDEM DO DIA

PONTO UM - Proc. N.º 3165/2014 - Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Foi presente à sessão a Proposta de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.-----

Sobre esse assunto o Presidente da Câmara esclareceu aos presentes que, de acordo com a recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), datado de 1 de julho de 2009, os órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos, deviam elaborar Planos de Gestão de Riscos de Corrupções e Infrações Conexas que seriam enviados ao CPC e aos órgãos de superintendência, tutela e controlo.-----

O membro da Assembleia, Hélder Medeiros, pediu o uso da palavra para saudar a iniciativa que considerava valer pela transparência.-----

Por sua vez, o Presidente da Junta de Freguesia de Água d'Alto, Emanuel Frias Santos, pediu a palavra para referir que Portugal encontrava-se no 3.º lugar no índice de perceção da corrupção da organização "Transparência Internacional", criada pelo parlamento Nacional, para dar execução a um conjunto de recomendações internacionais, de modo, a que todos os países pudessem ter uma articulação entre três tipos de atividades nomeadamente, em primeiro lugar, melhorar a legislação sobre a corrupção; em segundo lugar, garantir uma investigação criminal adequada e, por último, prevenir a corrupção;-----

Acrescentou ainda que, no território nacional, um dos exemplos mais visíveis era o Plano Nacional de Leitura, em que os jovens podiam concorrer com a produção de materiais alusivos à prevenção da corrupção.-----

Finalmente reforçou a mensagem de que deveria ser nas camadas mais jovens que se devia investir desde cedo para prevenir comportamentos desviantes no futuro. -----

Submetido a votação o documento foi aprovado por unanimidade.-----

PONTO DOIS - Proc. N.º 2482/2014 - Associação de Táxis da Ilha de São Miguel - Pedido de revisão da norma prevista no artigo 9.º do Regulamento de Táxis do Concelho de Vila Franca do Campo.

Relativamente a esse ponto, o Presidente da Câmara pediu a palavra ao Presidente da Assembleia para dar conhecimento de um ofício, mandado pela Associação de Táxis da Ilha de São Miguel, a requerer a revisão da norma constante na alínea b) do artigo 9º do Regulamento Municipal da Atividade de Transporte de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros (Táxis), assim como da carta subscrita pelos Taxistas- José António Pacheco Franco; Emanuel Raposo de Amaral; Dinarte de Araújo Pacheco; João Norberto Santos Maçaroco e Vitorino Manuel Martins Sousa, com atividade na praça situada na rua Dr. Urbano Mendonça Dias, nesse concelho, a requerer a eliminação de dois lugares de estacionamento de táxis, situados junto à agência do Banif, perto da Praça Bento Góis, até então ocupados sazonalmente por

dois taxistas com praça na freguesia de Ponta Garça. Foi explicado à Assembleia que há cerca de 8 anos tinha havido uma alteração regulamentar, efetuada pelo então presidente da Câmara Municipal, Rui Melo, que permitia que os taxistas com praça em Ponta Garça pudessem deslocar-se para a Praça Bento Góis. Tinha sido criada uma exceção que passara a ser regra. Desde então os taxistas de Ponta Graça faziam serviços de verão no centro de Vila Franca e, de acordo com os taxistas com sede no centro, os tempos difíceis, provocados pela conjuntura económica e agravados pela concorrência dos colegas taxistas de Ponta Garça, faziam com que não conseguissem os meios de subsistência e suportar os encargos inerentes à profissão. O Presidente da Câmara achava por bem explicar a situação a fim de se avaliar e repor a legalidade dos fatos. -----

Quanto a esse ponto a Assembleia tomou conhecimento.-----

PONTO TRÊS - Proc. N.º 1529/2014 - Proposta de Deliberação - Escritura de Permuta - Afetação e desafetação do domínio público municipal

Foi presente a essa reunião a Proposta de Deliberação, referente à Escritura de Permuta – Afetação e Desafetação do domínio público municipal, sito à Canada do Raposo, Monte Félix, freguesia da Ribeira das Tainhas.-----

Sobre esse assunto foi explicado, pelo Presidente da Câmara, que a referida Canada não tinha espaço suficiente para que os moradores pudessem dar a volta com as viaturas e, atendendo que se tratava de uma beneficiação pública, foi permitido uma cedência de terrenos, entre um particular e a câmara, de modo, a que fosse possível realizar um viradouro que beneficiasse o público.-----

Submetida a votação e atendendo às considerações apresentadas pelo Presidente da Câmara, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO QUATRO -Proc. N.º 2614/2014 - Junta de Freguesia de Ribeira Seca - Pedido de delegação de competências

Sobre esse ponto, o Presidente da Câmara, usou da palavra para salientar que o pedido em causa, referia-se a um acréscimo à delegação de competências para a área social, nomeadamente no Apoio aos Idosos/Centro de Convívio de Idosos e Centro de Ocupação e Atividades das Crianças-----

Posto à votação foi o pedido aprovado por unanimidade.-----

PONTO CINCO - Proc. N.º 3515/2014 - Junta de Freguesia de Água d'Alto - Pedido de Celebração de contrato de delegação de competências e acordos de execução

Foi apresentado à Assembleia, por parte da Junta de Freguesia de Água d'Alto, um pedido de Celebração de Contrato de Delegação de Competências e Acordos de Execução. O Presidente da Câmara pediu a palavra e esclareceu que, o pedido em causa, prendia-se com a delegação de competências no âmbito do transporte escolar e de outras atividades similares, por conseguinte, de grande importância para a

freguesia.-----

Sobre esse assunto o Presidente da Junta de Freguesia de Água d' Alto, Emanuel Santos, referiu que tinha sido uma necessidade criar esse sistema de transportes, uma vez que as famílias carenciadas não podiam suportar as despesas dos transportes públicos. Referiu que, à semelhança da freguesia de Água d'Alto, as freguesias da Ribeira Seca, Ribeira das Tainhas e Ponta Garça também tinham adquirido transportes para essa finalidade. Acrescentou que havia necessidade de assegurar esse tipo de serviços porque as carências socio/económicas se tinham agravado com as dificuldades financeiras. Essa tinha sido uma forma de colmatar essas falhas.-----

Submetido a votação foi esse ponto aprovado por unanimidade.-----

PONTO SEIS - Proc. N.º 1843/2014 - Prestação de Contas Consolidadas

Quanto a esse ponto o Presidente da Câmara esclareceu que todas as empresas municipais estavam abrangidas no âmbito dessa prestação de contas.-----

Relativamente a esse ponto o membro da Assembleia Municipal, Patrícia Vieira de Andrade, do grupo de PSD, apresentou a declaração de voto que abaixo se transcreveu.-----

“Declaração de Voto Relatório das Contas Consolidadas do Município

Os Deputados Municipais do PSD registam que em conformidade com a legislação em vigor e nos prazos legais, a Câmara Municipal apresentou a esta Assembleia Municipal, pela primeira vez, o Relatório de Contas Consolidadas do Município, onde consta as dívidas e proveitos da Câmara, Empresas Municipais e participadas;

Assim, como se pode constatar a dívida do Município, tudo incluído, é pouco mais de 42 milhões de euros;

Fica claro e transparente que a dívida do Município não é, nem nunca foi, mais de 59 milhões de Euros, como foi sempre referido pelo anterior Presidente António Cordeiro, contra os poucos mais de 38 milhões, sempre defendidos pelo Ex-Presidente Rui Melo;

A diferença dos 42 milhões para 38 milhões, tem a haver com o negócio do Presidente António Cordeiro que comprou mais capital na empresa SDVF, que era da empresa Aldeia Ilhas.10

A autarquia tinha 49% e passou a ter 85%, ficando maioritária no capital e assumindo mais de 2 milhões do passivo da mesma, que era do privado e ainda pelos juros do Multisus que não foram regularizados durante 4 anos. Por último, referimos que ainda consta no relatório votado, uma importância de 170.671.00€, na rubrica Cobrança Duvidosa, proveniente de centenas de municípios que não pagaram água e taxas nos últimos 4 anos.

*Como diz o nosso Povo “ **A verdade vem sempre ao de cima**”.*

O Presidente da Câmara solicitou novamente a palavra e embora reconhecendo o direito ao direito manifestou o seu total desagrado pelos fundamentos apresentados na citada declaração de voto que

considerou ser uma tentativa lograda de solidariedade partidária. Afirmou ser essa uma maneira subtil de branquear a situação criada num passado não muito longínquo. Tempos tristes e negros que nunca mais nenhum vila-franquense desejaria viver novamente. Acrescentou ainda que, tal declaração de voto, tinha ficado muito mal ao grupo partidário do PDS. Tinha sido um camuflar de uma verdade que tinha que ser repostada para que jamais em tempo algum fosse vivenciada novamente. Salientou que 58.000 000 € era a dívida total que incluía passivos nomeadamente ações em tribunal contra a Câmara, dívidas das Empresas Municipais a credores e a dívida da própria Câmara que todos tínhamos que pagar. Porém, tinha sido possível renegociar a mesma. Considerou e salientou que mesmo que fosse 48 000 000 € era muito dinheiro e, que, com esse dinheiro, seria possível fazer muitas coisas pela Vila e pelos vila-franquenses e, acrescentou ainda que, quando se fala da dívida, também se deve falar das amortizações que se tinha feito desde que as irregularidades foram detetadas. -----

Relativamente a esse ponto o vereador Rui Melo pediu o uso da palavra e referiu que nunca tivera acesso às contas da VFC e Gesquelhas. Nunca tinha recebido nada sobre essa matéria. Mas o que dissera sempre era que as contas estavam inflacionadas. -----

O Presidente da Câmara, perante essa intervenção, reafirmou tudo o que tinha dito anteriormente e acrescentou que as entidades públicas eram pessoas de bem que deveriam pagar não só as dívidas como também os juros dessas dívidas. A elevada dívida era insustentável e tinha-o levado a tomar decisões como a de fechar o Água-Parque e a alterar a piscina de água quente, visto não haver dinheiro para os pôr a funcionar. Acrescentou ainda que, quando a Câmara receber a conta das Gesquelhas, não vai ser possível fazer ou construir algo mais em Vila Franca do Campo. -----

Posto o documento das Contas Consolidadas à votação foi, o mesmo, aprovado por maioria com abstenção dos grupos do PSD e NR e do membro independente Edgardo da Costa Madeira.-----

PONTO SETE - Proc. N.º 1835/2014 - Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos – Alteração

Foi presente à sessão a proposta de alteração de assunção de compromissos plurianuais detalhados nas Grandes Opções do Plano da autarquia para o ano de 2014.-----

Submetida votação a proposta foi aprovada por maioria, com abstenção dos grupos do PSD e NR e do membro independente, Edgardo da Costa Madeira.-----

PONTO OITO - Proc. N.º 1838/2014 - Proposta - 3.ª Revisão Orçamental

Foi apresentada à sessão Assembleia a proposta à 3ª Revisão Orçamental.-----

Colocada a votação a Revisão em causa foi aprovada por maioria, com abstenção dos grupos do PSD e NR e do membro independente, Edgardo da Costa Madeira.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Aberto o período destinado à intervenção do público, o Presidente da Assembleia informou que esse tinha

a duração de 30 minutos cabendo, no máximo, a cada pessoa, 5 minutos de intervenção. Para isso cada cidadão tinha que referir o nome completo, morada e o assunto/os apresentar. -----

Inscreveu-se para intervir o munícipe João Batista Furtado, residente na Rua Professor Eduíno Terra Vargas, n.º 28, freguesia de Ponta Garça.-----

Foi dada a palavra ao senhor João Batista Furtado que, iniciou a sua intervenção, referindo-se que 99% das pessoas que habitavam a urbanização de Nossa Senhora da Piedade, em Ponta Garça, não usavam a 2ª via de acesso à dita urbanização optando, desse modo, pela Canada da Lomba da Igreja, onde, segundo o referido senhor, não havia condições para a circulação de duas viaturas. Assim, sugeriu que a autarquia adquirisse parte do terreno, adjacente àquela Canada, para poder haver espaço para a circulação das mesmas-----

Ainda no seguimento da sua conversa, o senhor João Furtado comentou a falta de lombas na via pública do concelho, sobretudo na rua Professor Eduíno Terra Vargas, freguesia de Ponta Garça, em frente à Escola Básica Integrada. Propôs que fossem ali colocadas 2 lombas, uma no início e outra no fim, à semelhança das que existiam na rua Eng.º Artur do Canto Resende, via que dava acesso à Escola Professor António dos Santos Botelho, em Vila Franca do Campo.-----

O Presidente da Câmara pediu a palavra para referir que eram duas questões pertinentes. Relativamente às lombas referiu que era normal a colocação junto às escolas. Porém, salientou que atendendo ao fluxo de viaturas com transporte de bilhas de leite que passavam por aquela via e a proximidade da Cooperativa, talvez não fosse prático a colocação das citadas lombas. Acrescentou que a comissão de trânsito debruçar-se- ia sobre esse assunto.-----

Não havendo outros assuntos a tratar e sendo 22:25 horas, o senhor Presidente da Assembleia, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Maria Paula Carvalho Dias Pimentel, Secretária da Mesa da Assembleia, que a mandei escrever e subscrevo.-----

----- **Declaro ainda que a presente ata contém 11 folhas.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Lucindo dos Anjos Fontes Couto

A 1.ª Secretária

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel